

Identidades de gênero e práticas nos espaços citadinos de Belém - PA por pessoas trans¹

Gleudson Wirllen Bezerra Gomes (PPGSA-UFPA)

Resumo:

O objetivo deste estudo é apresentar uma narrativa imagético-fotográfica sobre a prática de espaços (CERTEAU, 2016) de Belém (PA) por pessoas trans. O texto, assim, integra as discussões da minha tese de doutoramento sobre a produção das subjetividades trans/identidades de gênero na relação com cidade. A narrativa que proponho trata-se de dois momentos organizados pela ONG Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT), referentes aos atos em alusão ao Dia da Visibilidade Trans, 29 de janeiro. Os atos foram realizados nos anos de 2019 e 2020, tendo como foco a visibilização das vivências trans na cidade de Belém, a partir da ocupação de espaços públicos na capital paraense. Por fim, destaco que estes dois atos organizados pela REPPAT demonstram, de maneira pontual mas significativa, uma parte da luta das pessoas trans em Belém pela visibilidade e respeito às suas vivências. Trata-se de uma forma de luta assumida por essas pessoas quanto ao direito à ocupação de espaços públicos da cidade, com o objetivo de afirmar suas identidades de gênero como parte relevante das vivências no cotidiano da urbe.

Palavras-chave: Pessoas trans; Práticas do espaço; Antropologia urbana.

Introdução

A narrativa por meio de imagens proposta neste trabalho parte de dois momentos da pesquisa de campo, ocorridos nos meses de janeiro de 2019 e janeiro de 2020. Ambos os momentos tratam-se de atos políticos alusivos ao Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), realizados pela Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT) em locais públicos de Belém. As fotografias, assim, constituem um experimento de campo, no sentido de trabalhar com imagens, visto que eu não disponho de equipamento fotográfico. Os registros foram realizados com celulares, com anuência dos organizadores dos eventos.

Meu contato com a REPPAT iniciou em outubro de 2018, quando assisti a uma roda de conversa nas dependências da Universidade Federal do Pará, que tinha entre os palestrantes um jovem homem trans negro, chamado Rafael Carmo. Rafael, na época, tinha 26 anos e era um dos fundadores e coordenadores da ONG Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT), uma ONG criada em 2016 por incentivo de outra ONG

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

nacional, a Rede Trans Brasil. No período em que conheci Rafael ele, como coordenador da REPPAT, estava organizando a Semana de Visibilidade Trans a ser realizada em 2019, em alusão ao Dia da Visibilidade Trans.

Os primeiros direcionamentos da pesquisa partiram de uma entrevista que realizei com Rafael ainda em 2018, na qual meu interesse estava voltado para a relação das pessoas trans com as tecnologias de comunicação, enquanto produtoras de subjetividades (ESCOBAR, [1994] 2016, GUATTARI, [1992] 2012) e as práticas dos espaços da cidade (CERTEAU, 2016) por essas pessoas. A narrativa de Rafael apontava tanto para a uso das tecnologias de comunicação na busca de informações sobre a transexualidade, daí constituindo os processos de transição de gênero, quanto a necessidade de pessoas trans serem vistas “em plena luz do dia”, e não apenas enquanto seres da noite e das esquinas (principalmente mulheres trans e travestis, por vezes associadas a prostituição).

Na observação das reuniões da Rede, passei a dialogar com outras pessoas trans, homens e mulheres, que apontavam as questões semelhantes as descritas por Rafael. O uso das tecnologias de comunicação era uma constante nos processos iniciais de transição de gênero, e havia uma demanda das pessoas trans (inclusive enquanto pauta de luta política do movimento) pela ocupação dos espaços públicos da cidade, praças, ruas, durante o dia. O ser visto “em plena luz do dia”, como afirma Rafael Carmo, também tem a ver com uma necessidade de lutar contra as violências, por vezes físicas e fatais, que atravessam as vivências de pessoas trans.

Busco com esta pesquisa, assim, contribuir com os estudos desenvolvidos nas Ciências Sociais no sentido da despatologização das vivências trans, antes encaradas apenas a partir dos saberes médicos. Mais especificamente, a pesquisa vincula-se a uma linhagem da Antropologia Urbana (VELHO, 1978, 1980; PERLONGHER, 1984, [1987] 2008; ROCHA; ECKERT, 2013; SILVEIRA, 2016), buscando também contribuir para o desenvolvimento deste campo de pesquisa na Antropologia feita em Belém-Pa. Apesar dos diversos estudos sobre as transexualidades, nas mais diversas áreas, poucos são os que tomam a relação das pessoas trans com a cidade ou, quando o fazem, inclusive dentro da Antropologia, focalizam quase sempre a prostituição de travestis, como critica Nogueira (2015). O viés que buscarei construir partirá dessa crítica vinda das próprias pessoas trans, bem como de um entendimento de que as vivências dessas pessoas constroem-se, fundamentalmente, na cidade.

Semana de Visibilidade Trans 2019 e II Piquenique Trans 2020

Quando conheci Rafael Carmo, e estabelecemos nossos primeiros contatos pelas redes digitais e telefone, ele estava, enquanto um dos coordenadores da REPPAT, organizando a Semana de Visibilidade Trans 2019. Rafael então permitiu que eu acompanhasse as reuniões de organização da Semana e, em seguida, estivesse presente nas atividades que ocorreram entre os dias 21 e 30 de janeiro de 2019². Ao longo das ações dessa Semana eu pude conhecer um pouco dos debates da comunidade trans em Belém.

Durante as atividades da Semana de Visibilidade Trans de 2019, e acompanhando as reuniões de organização ou mesmo da própria Rede, a questão da identidade de gênero destaca-se como uma pauta central, em diversas dimensões. A primeira delas, enquanto uma autoidentificação inicial, o “descobrir-se” como pessoas trans, seguido de conflitos com a família e, de modo mais geral, com os padrões de gênero da sociedade. Uma outra dimensão, mas não descolada da primeira, tem a ver com a transformação do próprio corpo no sentido de alcançar a estética necessária para a prática do gênero com o qual a pessoa se identifica. Em outras palavras, a identidade de gênero está ligada a transição de gênero e a uma maior ou menor passabilidade³. Nessa dimensão, já não se trata de uma questão apenas individual, mas da organização e luta política pela garantia, junto ao Estado⁴, do direito aos procedimentos cirúrgicos necessários à transição. Uma terceira e última dimensão estaria ligada a necessidade de visibilidade das vivências trans no cotidiano da cidade. Ou seja, não basta transicionar de gênero, é preciso que a identidade assumida seja vista e respeitada pelo restante da sociedade.

Esse debate sobre “assumir” a identidade de gênero, e as consequências sociais dessa ação, permearam as rodas de conversa da Semana. O próprio ato-manifesto que a Rede realizou na tarde dia 27 de janeiro de 2019 em frente ao Mercado de São Brás, com

² Os dados desse primeiro contato com a REPPAT resultaram no meu trabalho final do Curso de Ciências da UFPA.

³ Refere-se às pessoas trans que conseguem modificar o corpo a ponto de a performance ficar “igual” a do gênero com o qual se identifica.

⁴ A portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Entre outras questões, o artigo 14 define que a hormonioterapia que trata esta Portaria será iniciada a partir dos 18 (dezoito) anos de idade do paciente no processo transexualizador; e os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria serão iniciados a partir de 21 (vinte e um) anos de idade do paciente no processo transexualizador, desde que tenha indicação específica e acompanhamento prévio de 2 (dois) anos pela equipe multiprofissional que acompanha o usuário(a) no Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

o tema “Ser Trans é resistência. Minha identidade é um ato político”, também abordou a questão da identidade de gênero como algo central para as pessoas trans.

A visibilidade também foi o centro do II Piquenique Trans, realizado no dia 26 de janeiro de 2020, na Praça da República. Acompanhei uma reunião de organização desse Piquenique, realizada na Defensoria Pública, que, inicialmente, estava previsto de ser uma “Marcha de pessoas trans” pelo centro da cidade. Devido as dificuldades com os órgãos municipais para a liberação do espaço e pela falta de apoio dos órgãos do Estado, a Marcha transformou-se em Piquenique. A escolha da Praça da República no domingo pela manhã era justamente por ser o dia e horário de maior movimento na praça, com famílias, jovens etc. Como pontuou Anelyse Freitas, defensora pública parceira da REPPAT e colaboradora na organização do Piquenique: “é importante que famílias, crianças vejam que pessoas trans existem, por isso o domingo na praça”.

A ideia do Piquenique era que as pessoas trans pudessem estar juntas naquele dia, em alusão ao Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro). Cada pessoa poderia contribuir com algum alimento. Aos poucos as pessoas foram chegando, em sua maioria jovens, casais trans, alguns *gays* cis. No total, tinha em torno de 30 pessoas sentadas sobre a bandeira trans, conversando, rindo, falando sobre suas vivências.

É interessante pensar que, o que para muitas pessoas cis parece uma ação corriqueira (fazer um piquenique na praça pública), para as pessoas trans ganha um tom de ato político. Como eu afirmei antes, a visibilidade é central enquanto pauta de luta do movimento trans geral, e também da Rede. A Praça da República é um local de grande movimentação de pessoas nos domingos de manhã, ideal para as pessoas trans serem vistas. O ato não teve nenhum ar de manifestação, com microfones ou falas públicas. As pessoas trans estavam apenas lá, comendo, rindo, ouvindo músicas, praticando o espaço da cidade. A proposta era exatamente essa: mostrar as vivências trans na praça pública, como algo que compõe o cotidiano da capital.

“Ser Trans é resistência. Minha identidade é um ato político”







II Piquenique Trans









Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel. Caminhas pela cidade. In: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (p. 157-177)

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana L. C. da. Etnografia da e na rua: estudo de antropologia urbana. In: ECKERT, Cornélia.; ROCHA, Ana. L. C. da. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. Porto Alegre, EdUFRGS, 2013. pp. 21-46.

ESCOBAR, Arturo. Bem-vindos à *cyberia*: notas para uma antropologia da cibercultura. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (orgs). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016. (p. 21-66)

GOMES, Gleidson Wirllen Bezerra. “**Vivência de Resistência**”: a Rede Paraense de Pessoas Trans na luta por visibilidade e direitos em Belém – Pará./ Gleidson Wirllen Bezerra Gomes. – Belém, 2019.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2012.

NOGUEIRA, Luma. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 1 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

REDE TRANS BRASIL. **Diálogos Sobre Viver Trans** – Monitoramento: Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê, 2018.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. As dinâmicas das paisagens de Belém (PA): memórias, ruínas e imaginários no mundo urbano. In: ANDRADE, Rubens (org.). **Amazônia, cidade e jardins**: anatomia urbana e identidades paisagísticas. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas: Escola de Belas Artes: UFRJ, 2016. (p. 75-122)

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: Edson de Oliveira Nunes (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.